

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme Maria das Graças Martini
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi
BIOSS	Sidney José da Rosa
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida
FIESP	Vilella
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz Flávio Forti Stenico
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner Rodrigo Hajjar Francisco
IEF	Raquel Junqueira Costa
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Junior
IGAM	Maria de Lourdes Amaral Nascimento
INEVAT	Francisco Antônio Moschini
Instituto Agir Ambiental	Rafael Jó Girão
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
P.M. de Americana	Carlos Cesar Gimenez Zappia
P.M. de Jaguariúna	Márcio Gustavo Bernardes Reis
P.M. de Jundiá	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Piracaia	Stela Dalva Sorgon
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida Renato Natalio Cardoso

P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Laerson Andia Junior
P.M. de Salto	Laerte Sonsin Junior
P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino (p/p Aline Maria Leite de Moraes)
P.M. de São Pedro	José Rubens Franço
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Torrinha	Rene Blumer
P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes
Rotary International – D 4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Rotary International – D 4621	Rosani Franco de Faria Novaes
SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo Wilson Aparecido Stocco
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	Eduardo Trani
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco Isadora M. G. S. Lucas dos Santos
Secretaria da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro Caroline Túbero Bacchin
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
SNSH/MIDR	Alexandre Saia
SIAESP	Bartira Elia
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
UNICA	André Elia Neto
USP	Tadeu Fabricio Malheiros Sérgio Nascimento Duarte

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
AEAS	Paulo Takeyama
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves

5 Ao vigésimo nono dia do mês de junho de 2023, por meio de videoconferência, foi realizada a 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 85 (oitenta e cinco) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São

10 Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima e do público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no *chat* da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

- 15 PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 19/06/2023. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
- 20 PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, o Sr. André passou a palavra, para saudações iniciais, ao Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito do Município de
- 25 Piracicaba/SP e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou e desejou uma excelente reunião a todos. Posteriormente, o Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), 1º
- 30 Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1; o Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis, Prefeito do Município de Jaguariúna/SP e o Sr. Dario Pacheco de Moraes, Prefeito do Município de Vinhedo/SP, que também cumprimentaram a todos e
- 35 desejaram um excelente trabalho. Na sequência, foi transmitido um vídeo com as normas para a realização de reuniões por videoconferência e informado que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Dando sequência, o Sr. André apresentou a pauta da
- 40 reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade e deu início aos trabalhos. **2. Assuntos a deliberar. 2.1. Aprovação da ata da 29ª Reunião**
- 45 **Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 30/03/2023, no município de Piracicaba/SP.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado
- 50 de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 30/03/2023, na Fundação
- 55 Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), no município de Piracicaba/SP. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a minuta foi colocada em votação, sendo
- 60 aprovada por unanimidade. **2.2. Referendo de atos dos presidentes dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado
- 65 de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, podem ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas. O Sr.
- 70 André informou que foram emitidas três deliberações *ad referendum* que demandam referendo dos plenários. Dando prosseguimento, passou ao detalhamento das deliberações *ad referendum* a serem referendadas: **a)**
- 75 **Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 438/23, de 28/04/2023:** o Sr. André informou que a referida deliberação trata da indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em
- 80 rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de 2023. A proposta de indicação de empreendimentos está de acordo com o Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035 (PBH-
- 85 PCJ 2020-2035) e dispõe em ordem de prioridade as ações financiáveis relacionadas com os Programas de Duração Continuada (PDC) e Sub-PDC, na modalidade de financiamento não-reembolsável. Foi informada a relação dos municípios e empreendimentos, com
- 90 indicações dos Comitês PCJ, para contratações com recursos da Cobrança PCJ Federal, a saber: (i) PDC 1 - ação financiável "Estudos de viabilidade para aumento da disponibilidade hídrica"; e (ii) PDC 6 - ação financiável "Projetos para regularização de vazões em
- 95 mananciais de abastecimento público". Também apresentou a relação dos empreendimentos suplentes do exercício de 2023 e que necessitam de complementações, a saber: (iii) PDC 6 - ação financiável "Projetos para regularização de vazões em mananciais
- 100 de abastecimento público"; e PDC 7 - ação financiável "Projetos para implantação, expansão e adequação de sistemas de drenagem urbana"; **b) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 439/23, de 22/05/2023:** o Sr. André explanou que a deliberação em
- 105 questão trata da alteração da modalidade de financiamento, indicadas nos itens 9 e 11 do Quadro II, do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de 29/06/2022, referente a empreendimentos da SANASA e da CODEN, que são instituições
- 110 constituídas como sociedades de economia mista. Informou ainda que as disposições do Parecer da Consultoria Jurídica da SEMIL nº 122/2023, que formalizou o entendimento de que "[...] sociedades de economia mista estadual e municipais devem buscar
- 115 recursos no Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) na modalidade 'reembolsável'"; **c) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 440/23, de 02/06/2023:** o Sr. André informou que o presente item da pauta trata sobre a indicação de
- 120 empreendimentos do exercício de 2023 para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobranças PCJ Federal), referentes ao exercício de 2023. Os
- 125 empreendimentos indicados são referentes ao PDC 6 - ação financiável "Projetos para regularização de vazões em mananciais de abastecimento público", sendo: (1) Tomador: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capivari - SAAE Capivari, Empreendimento:
- 130 Elaboração de projeto básico do barramento Santa Cruz, e Modalidade: Não-Reembolsável; e (2) Tomador: Prefeitura Municipal de Monte Mor, Empreendimento: Elaboração de projeto executivo para regularização de vazões de cursos d'água para o abastecimento público

Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

135 na bacia do Rio Capivari Mirim no município de Monte
Mor, e Modalidade: Não-Reembolsável; e **d)**
140 **Aprovação da minuta:** posteriormente aos
esclarecimentos sobre os conteúdos das deliberações *ad*
referendum, foi aberta a palavra para manifestações dos
145 presentes e não havendo, o Sr. André colocou a minuta
de Deliberação dos Comitês PCJ nº 441/23, de
29/06/2023, que referenda os atos dos Presidentes dos
Comitês PCJ, à votação, a qual foi aprovada por
150 unanimidade. **2.3. Apreciação de minuta de
deliberação que reti-ratifica a Deliberação ad
referendum dos Comitês PCJ nº 438/23, de
28/04/2023, que indica empreendimentos para
financiamento com recursos oriundos da cobrança
pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da
União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ
Federal), referentes ao exercício de 2023.** O Sr. André
Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-
155 PCJ e do PCJ FEDERAL, informou aos presentes que o
item de pauta trata da reti-ratificação da Deliberação *ad*
referendum dos Comitês PCJ nº 438/23, de 28/04/2023,
que indica empreendimentos para financiamento com
recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos
160 hídricos em rios de domínio da União, localizados nas
Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao
exercício de 2023. O Sr. André explicou que
especificamente no Anexo II, Quadro I -
Empreendimentos PDC 6, os empreendimentos
165 denominados “Elaboração de projeto básico do
barramento Santa Cruz” e “Elaboração de projeto
executivo para regularização de vazões de cursos d’água
para o abastecimento público na bacia do Rio Capivari
Mirim no município de Monte Mor”, foram
170 erroneamente classificados na modalidade de
financiamento como “Reembolsável”, sendo o correto a
modalidade “Não-reembolsável”. Após a explicação
informou a necessidade da correção da redação da
classificação da modalidade de financiamento dos dois
175 empreendimentos para “Não-reembolsável” através da
reti-ratificação da deliberação em discussão. Dando
prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestação
dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de
Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 438/23,
180 de 28/04/2023, reti-ratificada em 29/06/2023, que indica
empreendimentos para financiamento com recursos
oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em
rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ
(Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de
185 2023, e dá outras providências, à votação, a qual foi
aprovada por unanimidade. **2.4. Apreciação de minuta
de deliberação que altera os Anexos III e IV da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17, de
15/12/2017.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,
190 representante da Secretaria de Meio Ambiente,
Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, informou que a minuta de Deliberação em
discussão altera os anexos III e IV da Deliberação dos

195 Comitês PCJ nº 282/17, de 15/12/2017, a qual estabelece
regras para o pagamento de despesas para participação
de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e
externas à sua área de atuação, em território nacional. A
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
200 (ANA), por meio de Relatório de Auditoria nº 07/2022,
recomendou à Fundação Agência das Bacias PCJ incluir
o campo de cidade de origem do beneficiário no
“Requerimento de Solicitação de Diárias” e “Relatório
de Viagem”, de modo a permitir a conferência quanto ao
205 deslocamento realizado pelo beneficiário, constantes do
anexos III (Solicitação de Diária) e IV (Relatório de
Viagem) da Deliberação dos Comitês PCJ nº 287/17. O
Sr. André enfatizou que não existe nenhuma mudança
relacionada a alteração de valores para o custeio dos
210 representantes e trata-se apenas de adequação dos
formulários conforme recomendação da ANA. Em
seguida, o Sr. André abriu para manifestações dos
presentes e não havendo, colocou a minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 442/23, de 29/06/2023,
215 que altera os Anexos III e IV da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 282/17, de 15/12/2017, à votação, a qual
foi aprovada por unanimidade. **2.5. Apreciação de
minuta de deliberação que altera a Deliberação dos
Comitês PCJ nº 370/21, de 24/06/2021, quanto à
220 indicação de representantes dos segmentos
Municípios e Organizações Cíveis para os Conselhos
Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das
Bacias PCJ, para o mandato 2021-2023, e indica os
representantes dos segmentos Órgãos de Governo,
225 Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e
Organizações Cíveis, para os Conselhos Deliberativo
e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para
o mandato 2023-2025.** O Sr. André Luiz Sanchez
Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente,
230 Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, explanou que os mandatos do Conselho
Deliberativo (CD) e do Conselho Fiscal (CF) da
Fundação Agência das Bacias PCJ serão renovados no
235 mês de novembro de 2023 e lembrou a todos que a
Deliberação dos Comitês PCJ nº 45/09, de 28/08/2009,
aprova os procedimentos para eleição dos membros do
CD e para indicação dos membros do CF. Os membros
eleitos e indicados para os conselhos mencionados
240 devem ser membros da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL), representantes do Estado de São
Paulo, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 3º. O Sr.
André informou que em decorrência da alteração da
composição da CT-PL, tendo em vista o início do
245 mandato 2023-2025, formalizada por meio da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 434/23, de 30/03/2023,
e do fato de não haver ocorrido a integral recondução
dos órgãos e entidades dos segmentos Municípios,
Organizações Cíveis e Usuários de Recursos Hídricos
250 atualmente membros do CD e CF da Fundação Agência
das Bacias PCJ, indicados por meio da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 370/21, de 24/06/2021, faz-se
necessária a realização de ajustes na composição do CD
e CF para o mandato atual (2021-2023), além da

Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

255 realização da composição dos conselhos para o biênio
2023-2025, tendo em vista o término do mandato atual
em novembro de 2023. O Sr. André informou que o
parágrafo único do artigo 8º do Estatuto da Fundação
260 Agência das Bacias PCJ estabelece que os membros do
CD poderão ser substituídos sempre que houver
alterações no segmento dos Comitês PCJ que
representam. Após as manifestações retratadas na 57ª
Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL), realizada em 28/04/2023, no
265 município de Campinas/SP, ficou definido que ficam
alteradas as alíneas “a”, “b” e “d” do inciso I e a alínea
“a” do inciso III, do artigo 3º da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 370/21, de 24/06/2021, passando as
redações, respectivamente, às seguintes: (a) Município
270 de Campinas, (b) Município de Jundiaí, (d) Município
de Holambra e (a) Instituto de Proteção Socioambiental
da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C).
Foram definidas também as alterações das alíneas “a” e
“b” do inciso II do artigo 4º da Deliberação dos Comitês
275 PCJ nº 370/21, de 24/06/2021, respectivamente, que
passam a ter suas redações conforme segue: (a)
Município de Santa Bárbara d’Oeste e (b) Município de
Atibaia. A composição do CD da Fundação Agência das
Bacias PCJ, para o mandato 2023-2025, quanto aos
280 representantes dos Municípios, Organizações Cívicas e
Usuários de Recursos Hídricos, foi proposta conforme
segue: (I) Representantes titulares dos Municípios
eleitos para a CT-PL dos Comitês PCJ, a saber (a)
Município de São Pedro; (b) Município de Campinas;
285 (c) Município de Jundiaí; (d) Município de Holambra; e
(e) Município de Saltinho; (II) Representante do
município cujo prefeito foi eleito presidente do CBH-
PCJ, sendo (a) Município de Piracicaba; (III)
Representantes titulares na CT-PL das seguintes
290 Organizações Cívicas eleitas, a saber (a) Associação
Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade
(AAMHOR); (b) Associação dos Engenheiros e
Agrônomos de Salto (AEAS); e (c) Consórcio
Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios
295 Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ); (IV)
Representantes titulares na CT-PL dos seguintes
Usuários de Recursos Hídricos eleitos, sendo (a) Centro
das Indústrias do Estado de São Paulo - Diretoria
Regional de Limeira (CIESP DR Limeira); (b)
300 Associação Nacional dos Serviços Municipais de
Saneamento (ASSEMAE); e (c) Sindicato Rural de Rio
Claro. Os membros representantes do segmento Estado,
do CD da Fundação Agência das Bacias PCJ, serão
indicados pelas respectivas Secretarias de Estado e pela
305 Companhia de Saneamento Básico do Estado de São
Paulo (SABESP), a saber (a) 3 (três) vagas para a
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e
Logística; (b) 1 (uma) vaga para a Secretaria de Estado
da Fazenda e Planejamento; (c) 1 (uma) vaga para a
310 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; e
(d) 1 (uma) vaga para a SABESP. A composição do CF
da Fundação Agência das Bacias PCJ foi proposta
conforme segue: (I) Representantes do Estado, sendo (a)
Titular: Secretaria de Estado da Saúde e (b) Suplente:

315 Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento;
(II) Representantes dos Municípios, sendo (a) Titular:
Município de Santa Bárbara d’Oeste e (b) Suplente
Município de Atibaia; e (III) Representantes dos
Usuários de Recursos Hídricos e das Organizações
320 Cívicas, a saber (a) Titular: União da Agroindústria
Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA) e (b)
Suplente: Instituto de Estudos do Vale do Tietê
(INEVAT). Dando continuidade, o Sr. Francisco
Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos
325 do Vale do Tietê (INEVAT) e Coordenador-adjunto da
Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos
Comitês PCJ, questionou quanto a participação da
Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Salto
(AEAS). O Sr. André respondeu que a Associação dos
330 Engenheiros e Agrônomos de Salto (AEAS) foi eleita
para o Conselho Deliberativo para o mandato 2023-
2025. Não havendo mais manifestações, o Sr. André
colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº
443/23, de 29/06/2023, que altera a Deliberação dos
335 Comitês PCJ nº 370/21, de 24/06/2021, quanto à
indicação de representantes dos segmentos Municípios
e Organizações Cívicas para os Conselhos Deliberativo e
Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o
mandato 2021-2023, e indica os representantes dos
340 segmentos Órgãos de Governo, Municípios, Usuários de
Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, para os
Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência
das Bacias PCJ, para o mandato 2023-2025, à votação,
a qual foi aprovada por unanimidade. **2.6. Apreciação
345 de minuta de deliberação que constitui, para o
período 2023 a 2025, Grupo de Acompanhamento do
Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA (GACG PCJ)
celebrado entre a Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico – ANA e a Fundação Agência das
350 Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari
e Jundiaí - Agência das Bacias PCJ.** O Sr. André Luiz
Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio
Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado
de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
355 PCJ FEDERAL, informou que a referida minuta de
deliberação trata da constituição, para o período 2023 a
2025, do Grupo de Acompanhamento do Contrato de
Gestão nº 033/2020/ANA (GACG PCJ) celebrado entre
a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ. Em
360 seguida, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Kátia
Rossi Gotardi Piccin, Coordenadora da Coordenação de
Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
relembrou a todos que a ANA e a Fundação Agência das
Bacias PCJ celebraram o Contrato de Gestão no
365 033/2020/ANA, com a intervenção dos Comitês PCJ,
para o exercício das funções de competência de Agência
de Água nas Bacias PCJ, e que a cláusula quarta do
referido contrato, que trata das obrigações e
competências, destacadamente seu inciso III, item (b),
370 prevê que o comitê se compromete a criar e manter um
Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão
(GACG), cuja composição manterá a paridade entre os
segmentos representados no PCJ FEDERAL,

Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

375 preferencialmente com a renovação de seus membros. Após as manifestações retratadas na 57ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), realizada em 28/04/2023, no município de Campinas/SP, o GACG ficou composto por 5 (cinco)

380 membros, representantes de órgãos e entidades que integram o PCJ FEDERAL, de acordo com a paridade dos seus segmentos, conforme segue: (a) para o segmento Órgãos de Governo, representado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo e Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo; (b) para o segmento Usuários de Recursos Hídricos, representado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); e (c) para o segmento Organizações Cívicas, representado pelo Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT). Após as explicações, o Sr. André reforçou que o mandato dos membros do GACG será de 2 (dois) anos, devendo sua composição ser alterada após

395 a renovação dos Plenários dos Comitês PCJ. Por conseguinte, o Sr. André abriu para manifestações e não havendo colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 444/23, de 29/06/2023, que constitui, para o período 2023 a 2025, Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão no 033/2020/ANA (GACG PCJ) celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Agência das Bacias PCJ, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

400 **2.7. Apreciação de minuta de deliberação que aprova a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referente ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a presente minuta de Deliberação dos Comitês PCJ, faz a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referente ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2023. O Sr. André passou a palavra para a Sra. Marina Peres Barbosa, Assessora Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou que os empreendimentos foram devidamente enquadrados nas ações financiáveis do PDC 4 - Proteção dos Recursos Hídricos e PDC 3 - Qualidade das Águas, conforme as diretrizes e critérios de priorização do Plano de Bacias PCJ 2020-2035. Destacou que os empreendimentos que não se enquadram nas classes de prioridade 5 - Muito

410 Alta e 4 - Alta, tiveram seu mérito analisado pelo Grupo de Trabalho (GT) Mananciais da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ, que recomendou o financiamento dos empreendimentos, conforme consta do Parecer

435 Técnico GT-Mananciais nº 01/2023, de 22/05/2023 (Manifestação sobre a indicação para o financiamento de projetos em áreas com classes de prioridade “1”, “2” e “3” referentes ao Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022 da Política de Mananciais das Bacias PCJ). Após as explicações, o Sr. André passou a palavra ao Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, que perguntou sobre o Projeto Nascentes da Vida - Protegendo as nascentes de Salto, na área da Fazenda Pedra Branca no Ribeirão Piraí. A Sra. Marina esclareceu que o município de Salto/SP participou do processo de seleção de áreas do Edital da Política de Mananciais no ano de 2019, e o Projeto Nascentes da Vida - Protegendo as nascentes de Salto foi contemplado e recebeu recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos destinados à contratação de serviços para elaboração do Projeto Integral de Propriedade (PIP). O projeto viabilizou a adequação ambiental da propriedade rural com vistas à proteção e regulação hídrica das nascentes e cursos hídricos da microbacia do Ribeirão Piraí. Por conseguinte, o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que foi anunciado, pelo Governo Federal, o plano de financiamento da agricultura e da pecuária empresarial do país. O Plano Safra 2023/2024 incentiva o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. O Sr. Sérgio reforçou que as áreas selecionadas para os empreendimentos da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ estão adequadas e prontas para receber os benefícios anunciados pelo Governo Federal. Não havendo mais manifestações, o Sr. André colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 445/23, de 29/06/2023, que aprova a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referente ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2023, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

440 **2.8. Apreciação de minuta de deliberação que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou tratar da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação

Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

495 Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para
Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), para
2023. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para a
Sra. Livia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da
Coordenação de Projetos da Fundação Agência das
500 Bacias PCJ, que passou ao detalhamento da minuta de
deliberação. Explicou que conforme a Deliberação dos
Comitês PCJ nº 420/22, de 04/10/2022, os
empreendimentos inscritos que apresentassem todos os
documentos exigidos seriam indicados pelos Comitês
505 PCJ em 2023, respeitando a disponibilidade de recursos
financeiros e ordem de priorização definidas na referida
deliberação. Assim, foram indicados, para contratação
com recursos financeiros da CFURH, enquadrado no
PDC 3, a ação financiável “Elaboração de projetos para
510 a implantação de novas ETEs visando tratamento
secundário”. Com recursos financeiros da Cobrança PCJ
Paulista, foram indicados os empreendimentos
enquadrados no (i) PDC 1, sendo as ações financiáveis:
“Elaboração e revisão de Planos Municipais de
515 Saneamento Básico - PMSB”, “Planos Municipais de
Saneamento Rural”, “Elaboração de Planos Diretores de
Drenagem” e “Elaboração e revisão de Planos de
Controle e Redução de Perdas”; (ii) PDC 3, sendo as
ações financiáveis: “Elaboração para ampliação e
520 melhoria dos sistemas de transporte de esgotos”,
“Elaboração de projetos para a implantação de novas
ETEs visando tratamento secundário”, “Elaboração de
projetos para melhorias da eficiência das ETEs na
remoção de nutriente”; e (iii) PDC 5, sendo as ações
525 financiáveis: “Obras, serviços e equipamentos visando o
controle de perdas hídricas em sistemas de
abastecimento de água”. Na sequência, informou que foi
hierarquizado, na categoria de suplentes, os
empreendimentos listados no Anexo III da referida
530 minuta de deliberação, em ordem de prioridade baseada
no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, enquadrados nos
PDCs 1, 3 e 5. Em seguida, explicou que os
empreendimentos classificados como suplentes que
necessitam de complementações deverão realizar dentro
535 do prazo estipulado pela Fundação Agência das Bacias
PCJ, visando sua indicação para recebimento de
recursos financeiros provenientes de saldos do exercício
de 2023. Os empreendimentos suplentes podem ter seus
orçamentos reajustados em função de adequações
540 técnicas e financeiras e eventual defasagem de valores.
Após as explicações, o Sr. André abriu para
manifestação dos presentes e realizou a leitura de um
questionamento realizado no *chat* da plataforma da
videoconferência, realizado pelo Sr. Laerson Andia
545 Júnior, representante da Prefeitura Municipal de Santa
Bárbara d'Oeste, que solicitou a listagem dos municípios
indicados na referida minuta de deliberação. Em
seguida, o Sr. André realizou a leitura dos municípios e
empreendimentos indicados através da minuta de
550 Deliberação em epígrafe. Não havendo mais
manifestação, o Sr. André colocou a minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 446/23, de 29/06/2023,
que indica empreendimentos para financiamento com
recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos

555 hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo,
localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e
da Compensação Financeira pela Utilização dos
Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2023, e dá
560 outras providências, à votação, a qual foi aprovada por
unanimidade. **2.9. Apreciação de minuta de
deliberação que aprova o Plano de Ação e o
Programa de Investimentos para a gestão dos
recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio
2024 a 2027.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,
565 representante da Secretaria de Meio Ambiente,
Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, explicou tratar-se da minuta de deliberação
que altera o Plano de Ação e o Programa de
570 Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos
hídricos nas Bacias PCJ, para o quadriênio 2024-2027,
que tem como prazo de construção e aprovação até o
final do ano de 2023, mas que sua aprovação antecipada
possibilita o planejamento e execução dos investimentos
575 a ser realizado pela Fundação Agência das Bacias PCJ
para o exercício de 2024. Destacou que as ações
previstas para financiamento são aquelas definidas no
Plano das Bacias PCJ 2020-2035. Em seguida, o Sr.
580 André passou a palavra para o Sr. Diogo Bernardo
Pedrozo, Coordenador da Coordenação de Projetos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre
a proposta do PA/PI para a gestão dos recursos hídricos
nas Bacias PCJ, para o quadriênio 2024 a 2027. O Sr.
585 Diogo informou que o quadriênio do PA/PI é diferente
do período do PAP-PCJ, mas que as ações estão
compatibilizadas com os prazos intermediários do Plano
das Bacias PCJ 2020-2035 cujos prazos são 2025, 2030
e 2035. Informou que a construção do PA/PI considera
590 a Deliberação CRH nº 246/2021, que aprovou a revisão
dos Programas de Duração Continuada (PDC); a
Deliberação CRH nº 254/2021, que aprovou critérios
para a priorização de investimentos pelos Comitês de
Bacias Hidrográficas (CBHs) nas indicações ao Fundo
595 Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO); e a
Deliberação CRH nº 275/2022, que aprovou critérios,
prazos e procedimentos para a elaboração e atualização
dos Planos de Recursos Hídricos. Destacou que o PA/PI
deverá estar atrelado no processo de elaboração do
600 Relatório de Situação, atualização da cobrança pelo uso
dos recursos hídricos paulista e a atualização do Plano
das Bacias PCJ. O PA/PI 2024-2027 abrange para o
período o investimento financeiros da ordem de R\$
123.397.225,00 (cento e vinte e três milhões, trezentos e
605 noventa e sete mil, e duzentos e vinte e cinco reais) com
uso de recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista e
da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos
Hídricos (CFURH). O Sr. Diogo destacou que no
primeiro ano o valor a ser investido é maior por conta do
610 saldo do incontroverso (Sistema Cantareira) liberado de
recurso judicializado a ser pago pela SABESP e por
conta de superávit na receita financeira do saldo
investido por conta dos juros maiores da taxa básica.
Informou que os PDCs que receberão maior aporte de

Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

615 investimentos no período são: (i) Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1) com investimento proporcional de 58% (cinquenta e oito por cento); (ii) Qualidade das Águas (PDC 3) com investimento proporcional de 23% (vinte e três por cento); (iii) Gestão da Demanda (PDC 5) com investimento proporcional de 14% (catorze por cento); (iv) Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PDC 2) com investimento proporcional de 4% (quatro por cento) e; (v) Capacitação e comunicação social (PDC 8) com investimento proporcional de 1% (um por cento). Destacou que cada PDC possui um grupo de entidades executoras das ações, com repasse maior para a Fundação Agência das Bacias PCJ, mas contando com participação de Prefeituras Municipais, outros vertente da Bacia do Rio Tietê, empresas de saneamento e concessionárias de serviços de saneamento, dentre outras. Em seguida, o Sr. André agradeceu a apresentação e reforçou que durante a 12ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada em 02/06/2023, por videoconferência, foi solicitado a alteração do item “Meta do quadriênio, referente ao SubPDC 1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos”, passando a redação para a seguinte forma: “5 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados” e “10 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados”. Dando sequência, o Sr. André abriu para as manifestações dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 447/23, de 29/06/2023, que aprova o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2024 a 2027, com a incorporação do item acrescida a minuta, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.10. Apreciação de minuta de deliberação que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de saneamento, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a referida minuta de deliberação define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de demanda priorizada, na temática de saneamento, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou que a referida minuta de deliberação foi fundamentada nos termos do Manual de Procedimentos Operacionais

675 (MPO) do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) - versão outubro/2022 e considerou as ações e orçamentos previstos no Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) nas Bacias PCJ, para o quadriênio 2024 a 2027. Também, informou que o edital seguiu as diretrizes do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, o qual definiu critérios de priorização locacional, por município, para diversas temáticas, a fim de orientar esforços voltados a atender as metas definidas para as Bacias PCJ no respectivo período. A Sra. Lívia informou que o edital de fluxo contínuo possibilita que as inscrições de propostas possam ser realizadas em qualquer período do ano, garantindo mais celeridade nos processos e tornar o fluxo mais “individualizado” (dependendo principalmente do avanço de cada proponente na adequação técnica da proposta), incentivar a inscrição de propostas com antecedência e estabelecer um “banco de projetos”. Explanou sobre o fluxo do processo de inscrição e seleção, adequação técnica e financeira, cadastro SINFEHIDRO (Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO), documentos administrativos e empreendimentos que serão indicados mediante a disponibilidade de recursos para investimentos na respectiva ação financiável. Por fim, exemplificou as regras gerais com os valores máximos e mínimos previstos para projetos básicos e executivos estruturais e não estruturais. Dando sequência, o Sr. André abriu para manifestação dos presentes e realizou a leitura de um questionamento do *chat* da plataforma de videoconferência, realizado pelo Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, que questionou como ficam as deliberações para aprovação das indicações específicas no modelo de edital de fluxo contínuo. O Sr. André informou que, em razão dos termos estabelecidos no MPO do FEHIDRO, os Comitês PCJ tem que referendar nos Plenários as indicações dos empreendimentos. A Sra. Lívia reforçou que os empreendimentos selecionados serão indicados mediante disponibilidade de recursos financeiros. Dando prosseguimento, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que afirmou que o referido edital de fluxo contínuo é de grande relevância e proporcionará uma oportunidade contínua e acessível para impulsionar a transformação e aprimoramento dos investimentos na temática de saneamento na área de abrangência das Bacias PCJ. Reforçou a importância do planejamento para as instituições, companhias de saneamento, Prefeituras Municipais e concluiu informando que à Fundação Agência das Bacias PCJ promoverá melhorias nos processos que envolvem a seleção de empreendimentos. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que reforçou o papel da Agência das Bacias PCJ em garantir fluidez nos fluxos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

- 735 de análise dos processos e manter o arranjo com os agentes técnicos. Em seguida, o Sr. André parabenizou a equipe da Coordenação de Projetos pelo árduo trabalho realizado. Por conseguinte, o Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, realizou um questionamento quanto ao valor de repasse mínimo para empreendimentos na temática de educação ambiental. O Sr. André afirmou que o valor mínimo previsto pelo FEHIDRO é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O Sr. André complementou informando que a presente minuta de deliberação estabelece critérios para empreendimentos na temática saneamento, não contemplando ações de educação ambiental. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Hugo Marcos Piffer Leme, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), que questionou quanto aos editais anteriores e solicitou esclarecimentos quanto às prioridades do edital de fluxo contínuo. O Sr. André explicou que as indicações de empreendimentos pelos Comitês PCJ serão deliberadas em reuniões plenárias que ocorrerão, anualmente, nos meses de março, junho e setembro. Para que o empreendimento seja indicado pelos Comitês PCJ, a proposta deve obter a adequação técnica e financeira e estar cadastrada no SINFEHIDRO, acompanhada dos documentos obrigatórios, conforme as etapas descritas na presente minuta de deliberação. A hierarquização de empreendimentos ocorrerá, em cada um dos períodos definidos, para o conjunto de empreendimentos aprovados, considerando os critérios de priorização do Plano das Bacias PCJ 2020-2035. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que reforçou que representantes da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ participaram do Workshop FEHIDRO, que ocorreu nos dias 26 a 28/06, no município de São Pedro/SP. Nesse encontro, dentre os assuntos abordados, foram discutidos os regimentos do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Dando continuidade, o Sr. André realizou a leitura de um questionamento realizado no *chat* da plataforma do *YouTube*, realizado pela Sra. Fernanda Dias, representante do Departamento de Água e Esgoto do município de Santa Bárbara d'Oeste, que perguntou quanto a ação financiável para tratamentos terciários. O Sr. André informou que a presente minuta de deliberação estabeleceu a listagem das ações financiáveis e ordem de prioridade para recebimento de recursos, sendo elas: PDC 1/1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos: Revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural (PNSR), Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas, Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, Estudos de viabilidade para aumento de regularização de vazões em mananciais
- 795 existentes e novos barramentos, Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos, Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário, Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes; PDC 3/3.1 - Esgotamento sanitário: Elaboração de projetos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos, Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário, Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes, Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes; e no PDC 3/3.1 - Obras, serviços e equipamentos visando o controle de perdas em sistemas de abastecimento de água. Em continuidade, o Sr. André passou a palavra ao Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que reforçou o incentivo à elaboração de bancos de projetos. Comentou que as instituições, companhias de saneamento e municípios que têm suas tarifas atualizadas corroboram para os incentivos à elaboração de projetos. Por fim e não havendo mais manifestações, o Sr. André colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de saneamento, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3. Informes. 3.1. Diretoria dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: **a)** a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) está com inscrições abertas para cursos de capacitação voltados para a regulação e gestão das águas e saneamento. Após atualização do seu portal de capacitação, está disponibilizando cursos da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por meio da Escola Virtual de Governo (EV.G). Os cursos são gratuitos, de curta duração e realizados por ensino a distância (EaD), com a emissão de certificados. O fomento a capacitação está previsto no Plano de Capacitação dos Comitês PCJ 2022-2025. Os certificados devem ser encaminhados para a SE/PCJ, para registro em banco de dados; **b)** em 22/06, no Anfiteatro PA 07 da Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT-UNICAMP), no município de Limeira/SP, ocorreu o Seminário “Os Desafios da Gestão de Resíduos Sólidos com Sustentabilidade frente ao Novo Marco Legal do Saneamento”. O seminário foi promovido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ; **c)**

Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

- 855 em 27/06, no Anfiteatro da Faculdade de Tecnologia da
Universidade Estadual de Campinas (FT-UNICAMP),
no município de Limeira/SP, ocorreu o VI Seminário de
Saúde Ambiental, que abordou o tema “Água potável:
Desafios e soluções para a garantia desse direito
humano”, promovido pela Câmara Técnica de Saúde
Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. O Sr. André
passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-
presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
parabenizou as Câmaras Técnicas pela qualidade dos
eventos realizados. Em seguida, o Sr. André passou a
palavra ao Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante
da Prefeitura Municipal de Holambra/SP, que enfatizou
a importância da discussão sobre o saneamento rural; **d)**
entre os dias 26 e 28/06, ocorreu o “Workshop
FEHIDRO”, no município de São Pedro/SP. O evento
foi promovido pela Coordenadoria de Recursos Hídricos
(CRHi) e contou com a participação diversos atores que
compõem o Sistema Integrado de Gerenciamento dos
Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; **e)** em 19/07,
por videoconferência, a SE/PCJ realizará reunião
conjunta das CTs para a posse dos representantes
formalmente indicados para o mandato 2023-2025. Na
mesma data, em reunião específica de cada CT, também
por videoconferência, será realizada a eleição dos cargos
de coordenação das CTs, a recomposição dos GTs e a
definição de seus calendários de reuniões. O Sr. André
solicitou atenção especial quanto ao cumprimento do
prazo estipulado (30/06/2023) para a formalização das
indicações dos representantes, pois as convocações das
reuniões de recomposição das CTs ocorrerão em 10/07.
As orientações foram enviadas por e-mail e constam no
Ofício Comitês PCJ nº 238/2023, datado de 08/05/2023;
f) a Coordenação de Projetos da Fundação Agência das
Bacias PCJ encaminhou e-mail para os tomadores de
projetos nas Bacias PCJ, com o objetivo de colher
contribuições para a revisão do Manual de
Procedimentos Operacionais (MPO) de Investimento do
FEHIDRO. O prazo para o envio das contribuições é até
21/07. O formulário para envio das contribuições já foi
disponibilizado; **e g)** a 90ª Reunião Ordinária da Câmara
técnica de Planejamento (CT-PL) ocorrerá em
16/08/2023, às 9:00 horas, por videoconferência. O Sr.
André solicitou aos membros que reservem a data em
suas agendas de trabalho. **3.2. Agência das Bacias PCJ.**
O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
(SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra
para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a
todos e informou que: **a)** a Fundação Agência das Bacias
PCJ participou da 1ª Reunião Ordinária de 2023 do
Conselho da Região Metropolitana de Piracicaba
(RMP), que ocorreu em 05/05, no Engenho Central, no
município de Piracicaba/SP e contou com a presença de
prefeitos e representantes dos 24 (vinte e quatro)
municípios que formam a Região Metropolitana de
Piracicaba (RMP). Em sua apresentação, o Diretor-
presidente, Sr. Sergio Razera, enfatizou sobre os
serviços prestados pela Fundação Agência das Bacias
PCJ aos municípios e que têm à disposição recursos da
cobrança pelo uso da água para o financiamento de
estudos, projetos e obras; **b)** em 06/06, na Câmara de
Vereadores de Piracicaba, a Fundação Agência das
Bacias PCJ recebeu o Prêmio Chico Mendes de
Ecologia e Meio Ambiente, em comemoração à Semana
do Meio Ambiente. O prêmio tem como objetivo
reconhecer iniciativas sustentáveis com os melhores
cases de sucesso de instituições que contribuem para o
desenvolvimento sustentável. A entrega foi feita aos
cuidados do Diretor-presidente, Sr. Sergio Razera, pelas
mãos da presidente da Comissão de Meio Ambiente da
Câmara de Vereadores, a vereadora Sra. Silvia Morales;
c) a Fundação Agência das Bacias PCJ participou da
“Primeira Jornada da Inovação em Recursos Hídricos e
Saneamento Básico”, promovida pela Agência Nacional
de Águas e Saneamento Básico (ANA), ocorrida nos
dias 15 e 16/06, em Brasília/DF. Um dos destaques da
Jornada foi a exposição e apresentação do projeto PCJ
Virtual; **d)** o Diretor-presidente da Agência das Bacias
PCJ, Sr. Sergio Razera, participou como palestrante do
curso “Direito de Águas à Luz da Governança”,
promovido pela ANA, ocorrido entre os dias 20 e 23/06,
em Brasília/DF. O curso foi destinado a técnicos e
profissionais de órgãos gestores de recursos hídricos do
Brasil e outros países; **e)** em 05/06, ocorreu o
lançamento do Programa de Revitalização da Bacia do
Rio Jaguari, em Limeira/SP. O programa, de iniciativa
do Consórcio PCJ e apoio da Fundação Agência das
Bacias PCJ e Comitês PCJ, é focado em 3 eixos de ação:
macro drenagem, saneamento básico e reflorestamento
ciliar. O evento abriu as atividades da Semana do Meio
Ambiente no município e teve a presença do Presidente
do Consórcio PCJ e Prefeito Municipal de Limeira/SP,
Sr. Mario Botion; **f)** a Sra. Kátia Rossi Gotardi Piccin,
Coordenadora da Coordenação de Gestão da Fundação
Agência das Bacias PCJ, informou que foi realizado, nos
dias 22 a 26/05, o primeiro, de uma série de 4 (quatro)
cursos visando a atualização profissional de técnicos
operadores de Estações de Tratamento de Água e Esgoto
(ETA/ETE), localizados nas Bacias PCJ. O 1º curso foi
direcionado para cerca de 30 técnicos, operadores de
ETA, pelo Consórcio PCJ, por meio da Escola da Água
e Saneamento, em parceria com os Comitês PCJ e a
Fundação Agência das Bacias PCJ, o qual contou com o
apoio da SANASA (Campinas/SP), que cedeu espaço
para a realização das 40 horas/aula. Os demais cursos
estão previstos para os meses de julho, setembro e
novembro de 2023, sendo mais um para operadores de
ETA e dois para operadores de ETE; **g)** o Sr. Diogo
Bernardo Pedrozo, Coordenador da Coordenação de
Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, solicitou
o preenchimento de formulário sobre consulta referente
ao programa de financiamento reembolsável a ser
desenvolvido nas Bacias PCJ. Os trabalhos estão sendo
desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho (GT)
Financiamento Reembolsável da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, visando
subsidiar a elaboração de diretrizes para o financiamento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 28ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2023

975 reembolsável nas Bacias PCJ. O prazo para responder o formulário é até 07/07. **3.3. Membros dos Plenários.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, abriu para manifestação dos membros presentes e passou a palavra para: **a)** o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), informou que o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) vem atuando nos três eixos de ação, macrodrenagem, saneamento básico e reflorestamento ciliar, na Bacia do Rio Jaguari. A Bacia do Rio Jaguari é um manancial estratégico para a região das Bacias PCJ, já que é nessa bacia hidrográfica que estão sendo construídas as Barragens Duas Pontes, em Amparo/SP, e Pedreira, em Pedreira/SP, que irão regularizar até 9 m³/s adicionais de água para a região. O Sr. Francisco informou ainda que o Projeto Gota d'Água do Consórcio PCJ tem como objetivo intensificar as ações de educação ambiental voltadas à gestão da água, envolvendo o público formal (escolas) e o não-formal (comunidade); **b)** o Sr. Hélio Rubens Figueiredo, representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), manifestou a preocupação dos mecanismos de fortalecimento da porção mineira dos Comitês PCJ visto a importância dos municípios para a produção de água nas Bacias PCJ. 1005 Ressaltou a seriedade na ampliação e engajamento de ações para a porção mineira das Bacias PCJ; **c)** o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, que complementou sobre a necessidade do engajamento e ampliação do diálogo com a porção mineira das Bacias PCJ. Em seguida, o Sr. Alexandre informou sobre as condições hidrometeorológicas do Sistema Cantareira e acrescentou que nos 29 (vinte e nove) dias de início do período seco já foram realizadas 9 (nove) operações de abertura e fechamento das comportas. Agradeceu pela confiança dos representantes dos Comitês PCJ nos trabalhos executados pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ; e **d)** o Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, questionou o Sr. André sobre o Programa IntegraTietê. O Sr. André informou que o IntegraTietê é um Programa instituído pelo governo do Estado de São Paulo que traz iniciativas para medidas de curto, médio e longo prazo para beneficiar a Bacia do Rio Tietê. Entre as principais inovações trazidas estão a estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para desassoreamento do rio e seus afluentes, a proposta de transformação do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) em Agência SP, além de um modelo de contratação para esgotamento focado em gestão por resultados. **4. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de todos e, com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, deu por encerrada a 1040 reunião.

(assinado digitalmente)

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA

Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO

Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL